

**COMISSÃO DE AGRICULTURA, PECUÁRIA, ABASTECIMENTO E  
DESENVOLVIMENTO - CAPADR**

REQUERIMENTO Nº 2013

(Do Sr. Nilson Leitão)

Solicita realização de Audiência Pública para debater as irregularidades fundiárias rurais e urbanas e seus componentes considerados expressivos no déficit qualitativo no estado de Mato Grosso.

Senhor Presidente

Nos termos do artigo 24 do Regimento Interno da Câmara dos Deputados, requeiro a Vossa Excelência que seja realizada Audiência Pública para debater as irregularidades fundiárias rurais e urbanas e seus componentes considerados expressivos no déficit qualitativo no estado de Mato Grosso:

- Representante do Ministério do Desenvolvimento Agrário e Incra;
- Representante do Ministério do Meio Ambiente e Ibama;
- Representante do Ministério da Justiça e FUNAI;
- Representante do Ministério do Planejamento;
- Representante do Ministério da Agricultura e EMBRAPA;
- Representante de Organizações Não Governamentais;
- Autoridades Estaduais e Municipais;
- Líderes e Representantes de Associações, Cooperativas, Assentamentos e outros.

**JUSTIFICAÇÃO**

Desde a publicação da Lei de Terras no Brasil, em meados de 1860, o Brasil nunca criou nenhuma solução definitiva para posse e o acesso à terra. Tornando esse assunto um verdadeiro tabu, gerando uma polêmica sem fim com episódios tristes e finais trágicos para todos os envolvidos.

A irregularidade fundiária rural e urbana é um componente considerado expressivo no déficit qualitativo no estado de Mato Grosso. Isso envolve não só o problema de falta de titularidade, como as condições de saneamento básico geral e das habitações, infraestrutura, obstáculos ao acesso dos recursos públicos e melhoria de vida.

No ano passado, destacamos a demora e complexidade do processo de regularização fundiária, feito pelo Instituto Nacional de Colonização e Reforma Agrária (Incra). Na época, citamos que quase a totalidade das terras reformadas continuam em poder do Incra ou da União. Do total de 537 Projetos de Assentamento (PAs) em seis milhões de hectares, em Mato Grosso (abrangendo 84.269 famílias), 81,70% estão com o Incra, representando 402 projetos de assentamentos, 72.649 famílias e 4,9 milhões de hectares.

A falta da regularização fundiária é um dos entraves ao acesso às linhas de financiamento, junto às instituições oficiais, no que se refere à agricultura familiar, bem como dificulta a regularização ambiental.

Faz-se necessária a convocação de Audiência Pública com o objetivo de debater o assunto em questão, e assim tornar amplo o debate, para que futuros projetos tenham a medida certa e os dados mais que necessários de todos os agentes envolvidos no tema. Sendo assim, nada mais propício e viável que a ação de realizar Audiência Pública.

Acredito firmemente que a presente iniciativa contribui para o atendimento dos propósitos da Política Nacional de Desenvolvimento Agrário ordenado, bem como as futuras políticas governamentais tais como adequação ao Novo Código Florestal e a Agricultura Familiar.

Sala das Comissões,                      de                      de 2013.

Dep. Nilson Leitão  
PSDB